

Uma passagem pela Vila dos 180

Categories : [Reportagens](#)

O alerta de pesquisadores do Instituto Chico Mendes (ICMBio) é claro: “Cuidado para não te confundirem com o pessoal do Ibama”. Estamos no interior na Amazônia, na Vila de Santo Antônio do Matupi, mais conhecida pelo quilômetro da Transamazônica no qual ela se expandiu, o 180, a partir da cidade de Humaitá (AM). Sua história começa na década de 1990, quando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com sua política de assentamentos e fomento à ocupação a partir de suporte à alimentação e habitação, atraiu os primeiros moradores ao local. *(Texto segue abaixo do slideshow)*

Apesar disso, foi somente nos primeiros anos do século XXI que a região viveu o seu 'boom', com a chegada maciça de novos moradores, atraídos pela mata nativa do entorno da Vila. Um convite à exploração. A demora no crescimento de Matupi talvez possa ser explicada por um levantamento do histórico da população feito pelo ICMBio. Segundo o órgão, nos anos posteriores à sua criação, ela foi paulatinamente abandonada por muitos dos “beneficiários do Incra”. Eles venderam propriedades a fazendeiros que, ao comprar os pequenos lotes, formaram grandes latifúndios.

Hoje, a Vila dos 180 possui cerca de 4,8 mil habitantes, segundo censo realizado pela Comissão Pastoral da Terra. Mas este é apenas o número extra-oficial. Para o ICMBio, os moradores já chegam a 10 mil. A extração da madeira e a criação de gado continuam a ser o principal modo de sobrevivência no local. Na área relativamente pequena da vila, há cerca de 20 serrarias e outros empreendimentos correlatos, como oficinas de motosserra. O número de cabeças de gado, segundo moradores locais, chega a 70 mil.

Quem trabalha com madeira por lá anda com o discurso pronto de que o material provém de áreas legalizadas por “planos de manejo”, mas todos sabem que a maioria das serrarias atua à margem da lei. Fácil entender a antipatia pelos fiscais do Ibama.

No vilarejo, basta dar uma volta pelas ruas de terra batida para perceber que os moradores vieram de longe. Romildo Portela é um dos destes migrantes. Natural do Paraná, Portela chegou na Vila há sete anos, atraído pelo trabalho na construção civil, atividade então em expansão. Ele e sua esposa, Girlei, uma catarinense radicada em Rondônia, foram morar em uma das dez casas que havia no local, mas as atividades prosperaram e, hoje, o casal comanda hotel e restaurante.

Segundo Portela, vendedores de roupas e alimentos, fazendeiros em busca de terras e

madeireiros são seus principais clientes. Amarildo Dias, sócio da AM Madeiras, de Ariquemes (RO), era um deles. Natural de Santa Catarina, chegou em Rondônia há cinco anos, para trabalhar com “secagem e beneficiamento de madeira”. Há dois o empresário comprou terras na Vila dos 180, também com o intuito da exploração madeireira. “Tudo certinho, com plano de manejo”, garante ele, que não se deixou ser fotografado “por precaução”.

Assim como outros empreendedores, Dias não precisou desembolsar muito dinheiro para adquirir as terras em Matupi. Lá, o hectare de floresta custa de 100 a 150 reais. Já o terreno transformado em pasto, segundo ele, vale 10 vezes mais. “O caro é manter a propriedade”, diz, enumerando os vários gastos que tem com segurança da área. Se não se cuidar, outro pode ligar a motosserra antes dele.

Fabício Barthmann de Boné, 32 anos, é outro migrante que chegou à vila em busca de terras. Mas suas intenções são diferentes. Vindo de uma fazenda familiar de cana e arroz em Rio Claro, no interior de São Paulo, quer lucrar com a floresta em pé. “Desde o Tratado de Kioto, vimos que a geração de créditos de carbono era um mercado potencial. Nosso desejo é criar uma RPPN [Reserva Particular do Patrimônio Natural] ou uma RPDS [Reserva Particular de Desenvolvimento Sustentável]”, diz.